

O EXERCÍCIO DE ATRAVESSAR A CIDADE PELA NARRATIVA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Gabriela Leandro Pereira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia/Bolsista CAPES-PDSE
gabrielaiaa@gmail.com

Enquanto mulher, negra, pobre, moradora de favela, a escritora Carolina Maria de Jesus poderia ter sido mais um dentre os tantos indivíduos invisibilizados pela sociedade, ocupante de um corpo tão “marginalizado” quanto o território que habita. Mas Carolina inventa um outro lugar. Essa invenção passa, dentre outros processos, pela construção e visibilização de um discurso, inicialmente redigido como diário, e posteriormente publicado em fragmentos: o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (1960). A ele se segue uma produção ainda pouco conhecida, mas que impressiona pela permanência das situações nela contida, nunca superadas, mas acumuladas, sobrepostas e reinventadas no cotidiano dos “territórios pobres”. Os livros “Quarto de Despejo” (1960), “Casa de Alvenaria” (1961) e “Diário de Bitita” (1986)¹, embora apresentem diferenças em suas formas (os dois primeiros seriam diários, e o terceiro, um livro de memórias), atuam em conjunto traçando trajetórias entre o visível e o dizível, modos de ser, modos de fazer e modos de dizer, reconfigurando o “mapa do sensível”² da cidade. A partir de temporalidades, lugares e condições distintas, a narrativa da escritora será explorada nesta comunicação.

Interessa-nos aqui, não uma análise das propriedades literárias ou da estrutura textual das narrativas³, mas uma aproximação dos temas explorados pela autora, com especial atenção às construções acerca dos vínculos e relações concernentes aos espaços vivenciados e/ou ficcionados por ela, entendendo-os

¹ Bitita é o apelido que Carolina recebera na infância. O livro “Diário de Bitita” foi publicado postumamente em 1986, a partir de manuscritos entregue em 1976 por Carolina para duas pesquisadoras que vieram da França para o Brasil entrevistá-la. Em 1977 a escritora morre pobre e no anonimato, em um sítio no interior de São Paulo.

² RANCIÈRE, 2005, p.59.

³ Dentre alguns autores, destaca-se estes como os mais relevantes que têm produzido trabalhos sobre a escritora Carolina Maria de Jesus, sua vida e obra: Joel Rufino dos Santos, Germana Henriques Pereira de Sousa, Jose Carlos Sebe Bom Meihy, Elzira Divina Perpétua e Regina Delcastagné.

como um conjunto indissociável, de sistemas de objetos e ações⁴. O que se acumula na existência de gerações de mulheres pobres e seus territórios, são processos, projetos e experiências políticas que em suas diversas dimensões, são atravessadas por episódios de violência, desde Carolina e mesmo antes, até os dias atuais.

Os acontecimentos narrados pelo arranjo de textos selecionado, se passam entre algumas cidades mineiras e paulistas, em um período que vai, aproximadamente, de 1914 (data provável mas também imprecisa do nascimento de Carolina), até o início da década de 1960. Independente das aspirações da autora quanto ao compromisso documental (ou não) de sua obra, ela aqui será analisada a partir da compreensão de que, ao escrever, o escritor gera um mundo novo, cujas leis fazem sentir melhor a realidade originária⁵. Carolina, ao escrever, provoca um deslocamento no enunciante e nos enunciados sobre o urbano, produzidos até então. Uma narradora imprevista, de um lugar improvável, cujo discurso soa estranho. Em suas escrevivências⁶ a cidade é rasurada. Em trecho de seu livro póstumo "Meu Estranho Diário" (1996), a autora descreve o estranhamento e o incômodo gerados pela sua presença no meio literário:

"Contei-lhes que um dia uma jovem bem vistada vinha na minha frente, um senhor disse:

– Olha a escritora!

O outro agêitou a gravata e olhou a loira. Assim que eu passei fui apresentada.

– Ele olhou-me e disse-me:

– É isto?

E olhou-me com cara de nojo. Sorri, achando graça.

Os passageiros sorriram. E repetiam. Escritora vira-lata"

(Meu Estranho Diário, Carolina Maria de Jesus)

É tomando a ideia de escrevivência, da escritora mineira Conceição Evaristo (2006), como a escrita de um corpo, de uma condição e de uma

⁴ SANTOS, 1999, p. 51

⁵ CANDIDO, 2010, p. 9.

⁶ EVARISTO, 2006.

experiência negra no Brasil, que adentramos a narrativa de Carolina, entendendo-a a partir da indissociabilidade entre seu corpo, discurso e território. Existe um corpo específico, problematizado em todos os documentos analisados e que baliza a sua possibilidade de experiência na cidade. Esse corpo que afeta e é afetado por atravessamentos diversos, configura **territórios** cujos limites e permeabilidades são definidos, quase sempre, por outros sujeitos e outras corporeidades, distintas (e mesmo opostas) ao seu corpo de mulher negra. Essa dimensão da corporeidade, definida por Santos (1996, p.10) como uma dimensão que dá conta tanto da forma com que eu me apresento e me vejo (dimensão objetiva), quanto das virtualidades e dimensões subjetivas (educação, riqueza, capacidade de mobilidade, minha localidade, da minha lugaridade), é central na narrativa da escritora, quando remonta aos tempos de infância e juventude. Mineira, da cidade de Sacramento, neta de escravos, com pouca escolaridade, Carolina Maria de Jesus passou boa parte de sua vida deslocando-se entre pequenas cidades e fazendas de café entre Minas Gerais e São Paulo, na tentativa de encontrar um lugar no qual pudesse trabalhar e viver dignamente, quase sempre na companhia de sua mãe. Seu lugar, na hierarquia social da pequena Sacramento, era bem definido: era uma escrava, mesmo que nunca tivesse sido. Apesar de ter nascido 26 anos após proclamada a abolição da escravatura, a proximidade com o período da escravidão era latente. Em seus manuscritos a escritora relata que sua mãe nasceu na vigência da lei do ventre livre. O país vivenciava ajustava-se à República – oficialmente declarada em 1889 –, sem nunca ter implementado as reformas políticas, sociais, legislativas ou tributárias, que lhe seriam necessárias para a construção de uma nação (possivelmente) mais democrática. Ao contrário, foram várias as investidas na direção de inserir o país em um sistema político e produtivo moderno, mas com a devida cautela para que fosse mantida a hierarquia econômica, política e social construídas secularmente de forma desigual.

Destas investidas, destaca-se a Lei de Terras⁷ promulgada estrategicamente em 1850, duas semanas antes da declaração do fim do tráfico de escravos para o Brasil. A lei passou a restringir o acesso à propriedade, que até então era legitimado pela ocupação e produção da terra por homens livres. Com

⁷ Lei n. 601, 18 set. 1850.

sua promulgação, o cidadão só poderia tornar-se proprietário mediante operações de compra e venda, o que inviabilizava o acesso de todos aqueles que não possuíam rendimento para adquiri-la. Algumas décadas após legitimada a mercantilização da terra, foi abolida a escravidão. As consequências desta medida reverberam até hoje na produção e na crise urbana. Carolina vivenciou este processo bem de perto

“- O homem que nasce escravo, nasce chorando, vive chorando e morre chorando. Quando eles nos expulsaram das fazendas, nós não tínhamos um teto decente; se nos encostávamos num canto, aquele local tinha dono e os meirinhos nos enxotavam. (...)” (JESUS, 1986, p.68)

Ou

“Eu vi vários pretos que haviam sido agraciados com a Lei Áurea e com a liberdade. Faziam ranchinhos à beira das estradas, porque a beira das estradas públicas pertence ao governo e ninguém falava nada”. (JESUS, 1986, pág. 95)

Ou

“O fazendeiro tem uma atenuação:

- As terras são minhas, eu pago imposto. Sou protegido pela lei.

É um ladrão legalizado.” (JESUS, 1986, pág.172)

Carolina vê o trabalho ser livre enquanto a terra torna-se cativa⁸; vê os colonos estrangeiros multiplicarem-se pelo país enquanto os negros são expulsos da lavoura; vê o país crescer abruptamente no decorrer do século XX enquanto é descartada do processo produtivo. Ela estava certa sobre a industrialização que viria a se concretizar e concentrar-se principalmente nas grandes capitais, como São Paulo, mas não previu que seu lugar nesta operação seria marginalizado. Seu corpo não só denunciaria sua história-destino (“ex-escrava”), mas passaria a agregar atributos que, para além da já costumeira desqualificação de sua existência – de sua história, de seus saberes, de seus discursos, de suas práticas, de sua capacidade, e de seus afetos –, indicariam uma conduta indesejável. Sua presença passaria imediatamente a ser associada à ideia de marginalidade, de obsolescência, de desprezo.

⁸ MARTINS, 1979.

A escritora não chegou a ver a economia brasileira - muito primitiva e agrária no início do século XX- passar da quinquagésima posição no ranking da economia mundial na década de 1920 para a oitava na década de 1980, chegando ao 6º lugar hoje. No decorrer de sua vida, a escritora acompanha o país crescer sem reforma, sem distribuição de riquezas, pautado em profundas desigualdades, através da exploração dos mais pobres que, como ela, sem alternativas, acabaram por submeter-se a trabalhos mal remunerados que contribuíram mais ainda para a degradação de suas vidas. Segundo Maria Helena Patto (1999), o desemprego crônico era comum entre os ex-escravos e seus descendentes. Em trecho de “Diário de Bitita”, Carolina comenta algumas dificuldades

“Eu tinha que aprender a reagir, a exigir respeito nos contratos de trabalho. Mas não tinha casa e já estava cansada da minha vida andarilha. A patroa era estrangeira, e eu nacional. E não podia competir com ela. Ela era rica, e eu pobre. Ela podia mandar prender-me. Continuei trabalhando.” (JESUS, 1986, p. 249)

As prisões arbitrárias por sinal, já faziam parte do cotidiano dos pobres que, estigmatizados como “vadios”, recebiam do aparato repressivo tratamento de criminoso, ainda que não houvessem cometido qualquer delito. Carolina, relata ao menos duas prisões injustas sofridas por ela, quando residia ainda em Sacramento. Em uma delas, o encarceramento veio seguido por humilhação pública, agressões morais, maus-tratos e agressões físicas que custaram um braço quebrado de sua mãe, espancada quando tentava defender a filha. As instituições jurídico-policiais eram os principais instrumentos responsáveis pelo “disciplinamento do povo”, seguidos pelos médicos, educadores, engenheiros e arquitetos⁹.

A marginalização do outro, do pobre, do negro, se realizava na coerção pela força, na concentração fundiária e na modernização forjada. Essa combinação foi fundamental para a realização de operações que pretendiam “excluir, e sempre que possível, exterminar os que ameaçavam a paz burguesa ou o projeto eugênico de progresso que dominava o país”¹⁰. Teorias que defendiam a superioridade da raça branca, passaram a ser utilizadas como recurso ideológico

⁹ PATTO, 1999.

¹⁰ PATTO, 1999.

que justificaria o domínio do branco sobre o não branco, anulando assim o cidadão cuja herança histórica pudesse ser um entrave ao desenvolvimento da nação. Para desenvolver o país, era necessário buscar “um trabalhador cuja herança não fosse a escravidão”¹¹.

Apesar de terem sido formuladas na primeira República, estes argumentos serviriam de semente para práticas que reverberariam ainda por décadas no país, e que tinham dentre seus principais defensores no Brasil o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues. Carolina reproduz em seus relatos, traços desses processos que denunciam o quão comum e naturalizadas estariam tais teorias raciais.

“Quando o soldado ia me bater o telefone tocou. O padre avisava que havia encontrado o dinheiro na carteira de cigarros. Ele queria me pedir perdão. A família não consentiu dizendo que o negro tem a mentalidade de animal” (JESUS, 1986, p. 176)

Foram várias as estratégias utilizadas para destituir qualquer resquício de civilidade e humanidade o negro/pobre na cidade. Através de atributos legitimamente concedidos pela ciência - trunfo do liberalismo- as teorias podiam “provar” que os homens não eram iguais. Para Patto (1999), o discurso científico-higienista passa também, em determinado momento, a ser mobilizado e manipulado pelo interesse especulativo do capital, sobretudo o imobiliário – prática esta que não se encerra, com certeza, no início do século passado. Fato é que nos anos 1920 a crença na degenerescência da raça e na degradação do mestiço - diante da impossibilidade de sustentá-la em um país onde a mestiçagem já era realidade -, migra para a ideia de “branqueamento” e com o passar dos anos, a figura do “mulato”¹² passa a ser incorporada, tematizada e romantizada pelos artistas modernos.

Até chegar a São Paulo, a escritora trabalhou como empregada doméstica de doutores, babá dos filhos das senhoras, foi meeira em fazendas, cultivou lavoura de café com os colonos, trabalhou em estabelecimentos

¹¹ MARTINS, 1979, p. 37.

¹² A utilização do termo “mulato” é polêmica e contraditória, que teve como intuito estilizar, através dessa subdivisão, a identidade étnica. De acordo com González (1988), o termo foi inventado pelos espanhóis e vem da palavra mula, um animal que surgiu a partir do cruzamento da égua com o burro. A mula é um animal híbrido, portanto, estéril. Segundo a pesquisadora, ao classificar os mestiços como mulas, afirmavam que o cruzamento de branco com moura – que é negra – produziria um ser híbrido e estéril.

comerciais de imigrantes, foi cozinheira da Santa Casa de Misericórdia, acompanhante de doentes, entre outros. Também mendigou devido a enfermidades que a impossibilitara temporariamente de trabalhar, e morou na rua por falta de recurso para pagar os altos aluguéis. Cabe lembrar que, a Lei do Inquilinato, que passou a regular as relações entre inquilinos e locadores, entra em vigor apenas na década de 1940.

Nos textos analisados, foram contabilizados vinte e três movimentos de mudança de cidade vivenciados pela escritora entre 1914 e 1937, quando finalmente alcança a capital paulista. Ainda criança em Sacramento, ela ouve falar sobre São Paulo, que a cidade seria moderna, industrializada, onde até os pobres poderiam trabalhar, abrir conta no banco, e morar com dignidade. Na impossibilidade do retorno digno à fazenda, chegar a São Paulo passa então a ser seu objetivo, sua obsessão. Mas diferentemente do que idealizou, a cidade grande não se realizou de forma tão generosa ou receptiva. Nos anos que se seguiram, Carolina acompanharia a naturalização das humilhações morais, das violências física e sexual, vivenciadas cotidianamente (não sem reação) pelos ocupantes dos lugares desprivilegiados. A violência e a pobreza apresentavam-se definitivamente racializadas, também na capital. Após esgotar suas tentativas e possibilidades de habitar, em 1948, a favela concretiza-se, para ela, como o único território acessível. Com o passar dos anos, seu corpo expande-se para além da epiderme. Ela passaria a carregar além da cor, outros símbolos malvistas pela sociedade. Impregnada por um forte cheiro, característico de quem vive em situação de precariedade extrema e tem no trato com o lixo seu labor; e abrigada em roupas desgastadas e maltrapilhas, adquiridas por meio de doações ou descartes. Como extensão, esse corpo passa a carregar um saco - ora cheio, ora vazio - acoplado às costas, contendo o material coletado nas ruas, que era permutado por dinheiro ou outro elemento de valor. Além dos três filhos, de relacionamentos diferentes, que acompanhavam-na com frequência, tornando-se também parte desse incômodo corpo que circularia pelas ruas da capital paulista.

Quando em 1960 é lançado “Quarto de Despejo”, seu primeiro livro, repleto de enunciados impactantes como: “não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os

corvos”¹³; ou “quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo”¹⁴; Carolina os produz com a propriedade de quem traz consigo um histórico, uma estória, uma herança pautada na busca por um “lugar”, que emerge de muitos movimentos, alguns dos quais antecedem sua própria existência, mas, de todo jeito, intermediam de forma significativa sua presença, e sua experiência na cidade.

“Fui entrevistada pelo repórter Heitor Augusto, Falamos da favela. E porque a favela é o *quarto de despejo* de São Paulo. É que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós os pobres que residíamos nas habitações coletivas fomos despejados e ficamos debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o *quarto de despejo* de uma cidade. Nós os pobres somos os trates velhos”.¹⁵

Tendo frequentado dois anos da escola primária, Carolina aprendeu a ler e escrever. Fã do diplomata Rui Barbosa, acreditava que a educação era o único caminho para os negros ascenderem socialmente. Desde muito nova, acompanhava as rodas de leitura de jornal, promovidas por um “doutor mestiço”, que compartilhava as notícias com os que não sabiam ler. Antes mesmo de ser alfabetizada, já tinha o discurso como seu principal elemento de defesa – ainda que por diversas vezes, tenha sido penalizada por direcioná-lo às pessoas poderosas em Sacramento. Apesar de ter crescido em um ambiente hostil à sua aptidão pelas palavras, Carolina acreditava que tinha sido predestinada à escrita. Essa crença, fez com que em detrimento daquilo que lhe era apresentado enquanto possibilidade de existência, a palavra ganhasse papel central em sua vida. Com a mudança para São Paulo, e diante das enormes dificuldades que enfrentara, a escrita apresentava-se ora como escape, ora como “tortura”¹⁶. A escritora alegava que pensamentos estranhos invadiam sua mente e atormentavam-na, principalmente nos períodos em que mais sentia fome, obrigando-a assim a escrever. A fome é uma dimensão muito presente, tanto nos

¹³ JESUS, 1960, p.48.

¹⁴ Ibid., p.33.

¹⁵ JESUS, 1961, p. 17.

¹⁶ JESUS, Manuscrito (s/d).

relatos de suas experiências quanto em posicionamentos e problematizações que elabora acerca desse tema.

Carolina fez várias investidas na tentativa de publicar seus escritos até que conheceu no final da década de 1950, o jornalista Audálio Dantas que intermediou seu contrato com a Editora Francisco Alves, na qual veio a publicar em 1960 seu primeiro livro.

A favela é caracterizada por ela como um território aparentemente ambíguo e contraditório: ora é um lugar sem solidariedade, perigoso, turbulento, repleto de conflitos; ora um lugar mais receptivo, no qual residem “famílias descentes”, que constituem um “lar modelo” e onde em vários momentos os moradores são solícitos uns aos outros. Ela mesma, apesar de “condenar” a existência da favela, quando ameaçada, ou na iminência de sofrer algum tipo de violência em outra parte da cidade, esbravejava que era “moradora da favela do Canindé”, que era uma “favelada”, assustando e afastando assim o suposto inimigo ao incorporar o estigma de seu território: era ela a própria violência, o próprio perigo encarnado.

A favela opõe-se à idealização da cidade fabulada por Carolina, assim como sua inserção marginal no sistema produtivo da cidade industrial e das relações de consumo, também distancia-se do lugar que havia pleiteado. Mas de alguma forma, Carolina tenta dominar a cidade. São Paulo ganha materialidade em “Quarto de Despejo”, cartografada pela escritora através do ir-e-vir da favela para as ruas, no labor cotidiano do catar papel. As ruas são precisamente memorizadas e nomeadas em seus diários: Rua Vergueiro, Avenida Tiradentes, Rua Frei Antonio Santana de Galvão, Rua Alfredo Maia, Avenida Cruzeiro do Sul, Rua Pedro Vicente, Rua Voluntários da Pátria, entre outras. Quase sempre a pé nestes trajetos, para além de focar no seu sustento, Carolina interage com o mundo: visita o centro Espírita, cumprimenta senhoras, conversa com vendedores conhecidos, para na feira, admira a paisagem e as vestimentas das madames, lê as manchetes dos jornais, ganha presentes, e revende seu material. Nesses dois atos cotidianos exaustivamente desempenhados por ela, deslocar e narrar, Carolina opera sua forma de se relacionar com a cidade para além da favela, e mesmo nela. Congrega a andarilha, a nômade e a errante.

Carolina reverte a expropriação de sua existência, recupera sua condição de cidadania, e através de seu discurso traz para o visível não só o território da favela, mas articula inesperadas – e por isso incômodas – ideias de cidade, portanto de sociedade. Este movimento nem de longe se realiza sem conflitos, contradições e ambiguidades. Ele acumula sobre si incontáveis investidas em direção ao não reconhecimento e invalidação de seu discurso que ultrapassam o próprio objeto-livro. É o indivíduo, sua ascensão econômica, política e seu território que são combatidos. E ainda que tenham transmutado ao longo de décadas, estes movimentos permanecem presentes nas disputas atuais, revelando-se em outras feições e formatos.

Os anos 1950 já apontava uma movimentação em direção a ideia de erradicação e “desfavelamento por parte do Estado. Nas décadas seguintes, viu-se também surgirem pontuais iniciativas de intervenção nas favelas, a construção incipiente de conjuntos habitacionais e o acirramento de legislações urbana que viriam a reforçar a condenação à ilegalidade dos moradores “informais”. A favela do Canindé onde residia Carolina até 1960, não passou imune por estas ações. Ao contrário, foi alvo do primeiro Plano de Desfavelamento elaborado e executado pela Prefeitura de São Paulo em 1961, um ano após a publicação de “Quarto de Despejo”. O livro foi um dos elementos utilizado na ocasião, para reforçar a necessidade de tal ação pela Prefeitura, como pode ser observado no primeiro parágrafo da publicação do Plano de Desfavelamento:

“O impacto causado pela publicação do já famoso ‘Quarto de Despejo’, de Carolina Maria de Jesus, a extinção da Favela do Canindé pela Prefeitura, através dum plano pelo qual 60% dos seus moradores adquiriram casa própria, a ampla divulgação e interpretação dos problemas que vem sendo dada pelo Movimento Universitário de Desfavelamento (MDU) marcaram o despertar da cidade de São Paulo para êsse grave problema humano e social – a favela.”¹⁷

Todos os moradores da favela do Canindé foram removidos, pulverizados sobretudo para as bordas da cidade, e mesmo para além delas. A promoção destes insustentáveis processos de des-re-territorializações desassistidos de políticas públicas eficazes, resultou nas décadas seguintes na

¹⁷ SÃO PAULO, 1961, p. 3.

multiplicação e adensamento das favelas, tanto nas áreas centrais quanto em suas bordas. A cidade grande, idealizada por Carolina, desloca-se então do lugar cultivado durante anos por ela, o da utopia, e torna-se seu oposto.

Após a fama, a escritora vivenciou uma temporada na “sala de visita”, cujo percurso foi descrito pelo jornalista Audálio Dantas na apresentação do livro “Casa de Alvenaria” (1961)

“Começou assim, com a partida da fome, a nova vida de Carolina Maria de Jesus, que agora é nossa vizinha aqui na **sala de visitas**. Um caminhão partiu da favela, cheio de velhos trastes. Na primeira rua de alvenaria alguém perguntou:

- Isso é despejo?

- Não. Não é despejo, eu estou saindo do **quarto de despejo** – foi a resposta feliz e risonha da negra Carolina.

Foi para um quartinho de Osasco, a sua primeira alvenaria, presente de um senhor muito condoído com a **pobre favelada** que, então já tinha ganho 240 mil cruzeiros de direitos autorais.¹⁸

Apesar das tentativas de não sucumbir às críticas e da insistência em publicar suas obras, Carolina veria os críticos e o público condená-la ao esquecimento. Os desentendimentos com seu “descobridor” Audálio Dantas, bem evidentes no prefácio de seu segundo livro “Casa de Alvenaria” (1961); a desqualificação de sua capacidade literária pela imprensa; a falência e o endividamento de quem em boa parte da vida teve como referência comercial o escambo de mercadorias catadas no lixo; a instauração da ditadura militar e o consequente acirramento da censura com o AI-5, foram fatores que contribuíram para que a escritora retornasse para a invisibilidade. Sem conseguir se sustentar na sala de visita, Carolina falece em 1977, pobre, em uma chácara na periferia de São Paulo.

Trazar para o campo do visível e do dizível a obra de Carolina é urgente não só para que seja possível seu reconhecimento, mas também para a identificação das reverberações, ainda presentes hoje, desses mesmos processos.

Se em 1960 Carolina era uma voz quase solitária, de forma subjugada e desarticulada, que denunciava modos de vida que insistiam em se reproduzir na cidade, hoje, os narradores das periferias multiplicaram-se, estão aos milhares.

¹⁸ JESUS, 1961, p. 6-7.

Conectados, ainda que nem sempre articulados, utilizando-se principalmente da rede mundial de informação – a *internet* –, proferem discursos polifônicos, muitas vezes de difícil enquadramento, instáveis, imprecisos, mas dispostos a disputar espaços, narrativas e a se afirmar política e afetivamente no embate pela cidade. Estes novos agenciamentos são potencializados em parte pela hibridização das medias e pela “cibridização” dos espaços (on line e off line)¹⁹. Sobrepostos, os narradores “analógicos” e “digitais” somam-se em formas, linguagens e lutas. Tomam a cidade para si. Apropriam-se de sua história e ampliam as possibilidades de presença nesse agenciamento de signos urbanos: “a existência do ser humano implica sua colocação no espaço – seja sua existência material, seja imaginária” (DUARTE, 2004). Trata-se não apenas de trazer para o visível uma narrativa, um discurso, ou um sujeito, mas sobretudo de reconhecer, apreender e legitimar a presença na cidade das inúmeras e incontáveis Carolinas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- BEIGUELMAN, Giselle. O livro depois do livro. – São Paulo: Petropolis, 2003.
- DUARTE, Fábio. Pensar o espaço tecnológico. *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 045.05, Vitruvius, fev. 2004 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/609>>.
- CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. – Belo Horizonte: Mazza, 2006.
- GONZALEZ, Lélia. “Cidadania de Segunda Classe”. Transcrição disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, da aula proferida no curso Cidadania e Racismo. Promoção do Programa de Direitos Humanos e Civis/SOS Racismo, do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras – IPCN. Rio de Janeiro – RJ. Junho, 1988.

¹⁹ BEIGUELMAN, 2003.

- JESUS, Carolina Maria de, *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986,
- JESUS, Carolina Maria de, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ed. Francisco Alves. 1960.
- JESUS, Carolina Maria de, *Casa de Alvenaria*. São Paulo: Ed. Francisco Alves, 1961.
- JESUS, Carolina Maria de. Manuscritos (s/d)
- MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. – São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- PATTO, Maria Helena Souza (1999), *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*. Estudos Avançados. V. 13, n. 35, São Paulo
- RANCIERE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. –São Paulo: Ed. 34, 2005.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton. Por uma Geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. In: Boletim Gaúcho. Porto Alegre, RS, n. 21, Ago. 1996.
- SÃO PAULO (1961) ,*Desfavelamento do Canindé*. Prefeitura Municipal de São Paulo